



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº 64/2024**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2024**

**PROCESSO DIGITAL Nº 617/2024 – PROTOCOLO Nº 1932/2024**

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE IÚNA/ES**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede na Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iúna - ES, neste ato representado pelo Sr. **ROMÁRIO BATISTA VIEIRA**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 788.456.027-53 e RG n.º 599171 – SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Deputado João Rios, nº 65, Bairro Centro, neste Município de Iúna, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DUAL SHOW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.362.540/0001-90, com sede na Rua Waldemar Siepierski, nº 200, aptº 405, bloco 02, Rio Branco, Cariacica/ES, cep: 29.147-600, endereço eletrônico: [rafaelalmeida.jfer@hotmail.com](mailto:rafaelalmeida.jfer@hotmail.com), [luizpauloforrozaoficial@gmail.com](mailto:luizpauloforrozaoficial@gmail.com), telefone: (27)98829-6460, neste ato representada por **FELLIPE SANTIAGO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 019.094.171-57, residente na Rua Santa Catarina, nº 300, bloco 1, aptº 1404, Bom Bosco, Cariacica/ES, cep: 29.147-355, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo administrativo em tela, e em observância às disposições do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, resolvem firmar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

1.1. O presente instrumento refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW COM O ARTISTA LUIZ PAULO FORROZÃO, A SER REALIZADO EM PRAÇA PÚBLICA, NO DIA 06 DE JULHO DE 2024, COM DURAÇÃO DE 02 (DUAS) HORAS, EM RAZÃO DA XI FESTA DO CAFÉ**, conforme termo de referência e solicitação da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

**02. CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO:**

2.1. O pagamento da importância relativa ao serviço a ser executado correrá por conta da verba 140001.1339200142.138.33903900000 - Ficha 546.

**03. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:**

3.1. O valor do show será de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

3.2. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente do contratado, no Banco por ele indicado, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação dos serviços prestados, juntamente com atestados da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

3.3. O Contratante poderá reter o pagamento do serviço contratado nos seguintes casos:

I - Imperfeição dos serviços executados;

II - Inexecução dos serviços contratados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

**04. CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:**

4.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. Os gestores do contrato serão os servidores Rogerio Cesar, matrícula nº 309786 (titular) e Maria Aparecida Vettorazi Vargas, matrícula nº 309789 (suplente), os agentes fiscalizadores do contrato, serão os servidores Lorena Cesar Araujo, matrícula nº 309478 (titular), David de Paula Florenço, matrícula nº 309550 (suplente), nomeados por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

4.2. Cabe ao (à) Contratado (a) permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção, em qualquer dia e hora devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados.

4.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) por qualquer irregularidade.

**05. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO:**

5.1. A execução do serviço será no dia 06 de julho de 2024.

5.2. A vigência do contrato será de 02 (dois) meses contados a partir da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 111 da Lei 14.133/2021.

**06. CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS:**

6.1. É de responsabilidade exclusiva e integral do (a) Contratado (a) todas as despesas decorrentes do presente, para a sua plena execução, como também os encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultante de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Contratante.

**07. CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:**

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos previstos na Lei 14.133/2021; e desde que declarada a rescisão do presente, será efetuado o pagamento apenas do serviço realizado, depois de devidamente atestados.

**08. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES:**

**8.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1.1. A contratada que infringir as normas constantes deste Termo de Referência ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência**, nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízo significativos para a Administração.

**I. Multas** nos seguintes casos e percentuais:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

II. **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 02 (duas) horas: 5% (cinco por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso;

a) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 02 (duas) horas: 10% (dez por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso;

b) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 06 (seis) horas: 15% (quinze por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial;

c) **Multa compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou Autorização de Fornecimento;

d) **Multa compensatória:** Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 5% (quinze por cento) sobre o valor da parcela executada em desconformidade e possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial.

e) **Multa compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, com a possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial;

f) **Multa compensatória:** Por inexecução parcial, injustificada, da autorização de fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou autorização de fornecimento;

g) **Multa compensatória:** Por inexecução total injustificada da Autorização de fornecimento, caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 06 (seis) horas: 30% (trinta por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento, com possibilidade de cancelamento da nota de empenho total ou parcial.

III. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna:

a) Dar causa à inexecução parcial da Ordem de Serviços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até 02 (dois) anos;

b) Dar causa à inexecução total da Ordem de Serviços e/ou do contrato, caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 06 (seis) horas: até 03 (três) anos;

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;

e) Não celebrar o contrato/instrumento congênere ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até 03 (três) anos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

f) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado, superior a 02 (duas) horas até 06 (seis) horas: até 02 (dois) anos;

g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado, superior a 06 (seis) horas: até 03 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos seguintes casos:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

b) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; e,

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.3. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2016 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicados cumulativamente com a sanção de multa.

## **09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

### **9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

- 9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.1.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 9.1.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 9.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

9.1.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9.1.20. Não permitir a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.2.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.2.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.2.6. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.2.7. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.2.8. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

9.2.9. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.2.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.2.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.2.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

10.1. Não poderá o (a) Contratado(a) ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços objeto deste contrato.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

10.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o (a) Contratado (a) responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do contratado.

10.3. Todas as despesas decorrentes deste termo de contrato como traslado, alimentação e hospedagem serão por conta da Contratada.

10.4. Este contrato está vinculado ao processo de justificção em epígrafe, termo de referência, bem como ao respectivo ato de inexigibilidade de licitação.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:**

11.1 - Elegem o Foro da Comarca de Iúna/ES, para dirimirem quaisquer dúvidas resultantes do presente, com expressa renúncia, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem de pleno e comum acordo, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos jurídicos.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

Anexo 1 - Termo de referência;

Anexo 2 - Preços contratados.

Iúna/ES, 30 de abril de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**

**Romário Batista Vieira - Prefeito**

**DUAL SHOW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**

**Fellipe Santiago Oliveira / ou procurador legalmente habilitado**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

**ANEXO - CONTRATO Nº 000064/2024 - SEQUÊNCIA Nº000003793**

<i>Origem</i>	Inexigibilidade Nº 000014/2024		<i>Processo</i>	000617/2024			
<i>Contrato</i>	Contrato Nº 000064/2024						
<i>Empresa</i>	DUAL SHOW PRODUcoes ARTISTICAS LTDA						
<i>CNPJ</i>	CNPJ: 44.362.540/0001-90						
<i>Endereço</i>	RUA WALDEMAR SIEPIERSKI, 200 - RIO BRANCO - CARIACICA - ES - CEP: 29147600						
<i>Secretaria</i>	00036 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA						
<i>Local</i>	00635 - SETOR DE CULTURA						
<i>Item</i>	<i>Lote</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>UN</i>	<i>Quant</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
001		SHOW MUSICAL show artístico com o cantor luiz paullo forrozao a ser realizado em praça pública, no município de iúna/es, no dia 06/07/2024, em razão da xi festa do café.		SVÇ	1,00	20.000,000 0	20.000,00
<b>SETOR DE CULTURA:</b>							<b>20.000,000</b>
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA:</b>							<b>20.000,000</b>
<b>DUAL SHOW PRODUcoes ARTISTICAS LTDA:</b>							<b>20.000,000</b>





SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO  
E FINANÇAS

SETOR DE PLANEJAMENTO



# TERMO DE REFERÊNCIA

## OBJETO

Show artístico com o cantor LUIZ PAULO FORROZAO a ser realizado em Praça Pública, no município de Iúna/ES, no dia 06/07/2024, em razão da XI Festa do Café.

Processo Administrativo Digital: **N.º 617/2024**

Modalidade: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Forma: **ELETRÔNICA**

Sistema de Contratação: **CONTRATO**



## SUMÁRIO

<b>1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	<b>4</b>
<b>4. DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR</b>	<b>4</b>
<b>5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO</b>	<b>5</b>
<b>6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>7</b>
Sustentabilidade:	7
Subcontratação	8
Garantia da contratação	8
<b>7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>8</b>
<b>8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>	<b>9</b>
<b>9. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA</b>	<b>14</b>
<b>10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</b>	<b>14</b>
<b>11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>15</b>
Condições de execução	15
<b>12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>16</b>
Fiscalização do Contrato	17
Fiscalização Técnica	17
Fiscalização Administrativa	18
Gestor do Contrato	19
<b>13. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO</b>	<b>20</b>
<b>14. DO CONTRATO</b>	<b>21</b>
<b>15. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTOS</b>	<b>22</b>
Recebimento	23
Liquidação	25
Prazo de pagamento	28
Forma de pagamento	29
Do reajustamento	<b>29</b>
<b>16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>	<b>28</b>
<b>17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE</b>	<b>32</b>
<b>18. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<b>33</b>



## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Apresentação do cantor LUIZ PAULO FORROZÃO na XI FESTA DO CAFÉ, evento cultural que compõe o calendário de eventos do município, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SHOW LUIZ PAULO FORROZÃO	UND	01	01	20.000,00	20.000,00
2						
3						
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$</b>						20.000,00

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação será até 06/07/2024, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do documento de formalização de demanda.

**2.2.** A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Calendário Oficial de Eventos para 2024.

## 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**3.1.** A presente contratação será realizada com fundamento no art. 74, inc. II da Lei Federal nº 14.133/2021, onde é prevista a inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

## 4. DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

**4.1** Considerando que a contratação pretendida se dará com fulcro no inc. II, art. 74 da Lei Federal n.º 14.133/2021, providenciamos o atendimento ao inc. VI, art. 72 da mesma Lei, que estabelece que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com razão da escolha do contratado.

**4.2** Nesse sentido, justificamos a contratação do cantor LUIZ PAULLO FORROZÃO, por ser um artista conhecido no estado e região. Começou sua carreira em 2012 quando integrava o Trio Chapahall's,



banda de renome com o qual gravou três CDs e participou de várias turnês pelo Brasil.

**4.3** Em 2018 começou sua carreira solo assumindo o nome artístico de "LUIZ PAULLO FORROZÃO". Sua primeira música de trabalho foi "Tira o olho playboy", e em seguida lançou "Marieta", música autoral que caiu no gosto da galera, desde então vem conquistando seu espaço com dedicação e profissionalismo.

**4.4** Com um ritmo dançante e diversificado, o show conta com profissionais qualificados e tem o estilo musical forró como base, porém, também fazem parte da sua apresentação o vanerão, xote e pisadinha. Seu show agrada um público exigente e variado, tendo como diferencial a quantidade de músicas autorais e repertório.

**4.5** Dessa forma, o artista se enquadra totalmente no propósito do evento.

## 5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

**5.1** Considerando que a contratação pretendida se dará com fulcro no inc. II, art. 74 da Lei Federal n.º 14.133/2021, providenciamos o atendimento ao inc. II e VII, art. 72 da mesma Lei, que estabelece que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com a estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da referida Lei e Justificativa de Preço.

**5.2** Levando em consideração as características da contratação, especialmente no que diz respeito a notoriedade de cada artista, grupo, banda ou coletivo, foi providenciada a estimativa da despesa e sua



compatibilidade com os valores praticados no mercado, conforme estabelece o §4º, art. 23 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que diz que nas “contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

**5.3** A contratação dos serviços está estimada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para 01 (uma) apresentação. Foram apresentados os seguintes contratos: 1) CONTRATO EMITIDO EM 05/11/2023,, tendo como tomador de serviço **FA PRODUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.095.571-05, no valor unitário de R\$ 20.100,00 (vilte mil e cem reais); 2) CONTRATO EMITIDO EM 20/12/2023, tendo como tomador de serviço o **CHOPPERIA BARRERITO**, inscrita no CNPJ nº 32.894.022/0001-39, no valor unitário de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais). 3) CONTRATO EMITIDO EM 01/02/2024, tendo como tomador de serviço o **MATRIX MUSIC HALL - ESPORTIVO SOCIETY BALL GAUCHÃO**, inscrita no CNPJ nº 39.802.699/0001-49, no valor unitário de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais)

**5.4** Sendo assim, o valor pretendido pela prefeitura é compatível com o que é pago hoje no mercado, considerando a justificativa apresentada.



## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

**6.1.** Quando aos critérios de sustentabilidade devem ser atendidos os seguintes requisitos:

**6.1.1.** Observar os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, com destaque:

- a) utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme determina o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);
- b) redução de resíduos, reaproveitamento e destinação adequada dos materiais recicláveis;
- c) utilização de equipamentos com baixo consumo energético, de água e baixa emissão de ruído;
- d) observação das normas do INMETRO;
- e) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- f) fornecer e fiscalizar o uso de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) para os seus empregados e equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários, de acordo com as normas da ABNT e portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho.





## Subcontratação

**6.2.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

**6.3.** Não haverá exigência da garantia contratual de execução.

## 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**7.1** As despesas para a contratação dos serviços decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: ÓRGÃO: 140 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001; FONTE DO RECURSO: 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS; FICHA: 0000546; ELEMENTO DE DESPESA: 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.



## 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1** A contratada que infringir as normas constantes deste Termo de Referência ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) **Advertência**, nos casos de inexecução parcial que não acarretem prejuízo significativos para a Administração.

**I. Multas** nos seguintes casos e percentuais:

**II. Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 02 (duas) horas: 5% (cinco por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso;

**a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 02 (duas) horas: 10% (dez por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso;

**b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados no Aviso de Fornecimento (AF) em até 06 (seis) horas: 15% (quinze por cento) à hora sobre o valor total do serviço executado com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial;

**c) Multa compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato,



injustificadamente, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato ou Autorização de Fornecimento;

- d) Multa compensatória:** Por entregar em desconformidade, injustificadamente, o objeto contemplado na Autorização de Fornecimento: 5% (quinze por cento) sobre o valor da parcela executada em desconformidade e possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial.
- e) Multa compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual: 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento, com a possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho total ou parcial;
- f) Multa compensatória:** Por inexecução parcial, injustificada, da autorização de fornecimento: 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou autorização de fornecimento;
- g) Multa compensatória:** Por inexecução total injustificada da Autorização de fornecimento, caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 06 (seis) horas: 30% ( trinta por cento) sobre o valor total da autorização de fornecimento, com possibilidade de cancelamento da nota de empenho total ou parcial.



**III.** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna:

- a) Dar causa à inexecução parcial da Ordem de Serviços e/ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: até 02 (dois) anos;
- b) Dar causa à inexecução total da Ordem de Serviços e/ou do contrato, caracterizada pelo atraso na execução dos serviços de 06 (seis) horas: até 03 (três) anos;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos;
- e) Não celebrar o contrato/instrumento congênera ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: até 03 (três) anos;
- f) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado, superior a 02 (duas) horas até 06 (seis) horas: até 02 (dois) anos;
- g) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado, superior a 06 (seis) horas: até 03 (três) anos.



**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos seguintes casos:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- b) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; e,
- e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo específico que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**8.3** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, previstas na Lei nº 12.846/2016 seguirão seu rito previsto na Lei nº 14.133/2021.



**8.4** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicados cumulativamente com a sanção de multa.

## **9. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**9.1** Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II.** Notas fiscais ou outros documentos que comprove os preços praticados;
- III.** Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- IV.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- V.** Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- VI.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- VII.** Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- X.** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da



Constituição Federal;

**XI.** Contrato de exclusividade;

**XII.** Declaração de parentesco;

**XIII.** Ato constitutivo: contrato social e suas alterações ou consolidados, ou declaração MEI;

**XIV.** Documento oficial com foto do Sócio Administrador;

**XV.** Certidão de falência ou concordata;

**XVI.** Comprovante de dados bancários para pagamento.

## 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**10.1** Para Qualificação Técnica da proponente, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **Portfólio** que demonstre a produção desenvolvida por um artista ou grupo de artistas, informações sobre a formação e carreira do artista ou grupo, matérias de sites, jornais, revistas, links, fotos, dentre outros elementos que permitam atestar a notoriedade do trabalho realizado pelo artista ou grupo.

b) **Release**, com breve biografia sobre o artista;

c) **Proposta**, contendo a data do evento, o local, tempo de duração do show, data e o valor.





## 11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

**11.1.** A execução do serviço estará autorizada a partir da autorização de fornecimento a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da Prefeitura.

**11.2.** Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

**Os serviços serão prestados em praça pública, no município de Iúna, no dia 06/07/2024, com tempo de duração de 02h.**

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá executar todo o combinado na Proposta de preço que integra esse processo, podendo a critério de ambas as partes (contratado e contratante) alterar horário de início do show e duração do mesmo conforme o andamento dos serviços, e/ou ofertar outros serviços dentro do valor pactuado diretamente com a produção do evento do Município. Deverá a contratada executar todas os compromissos assumidos fielmente, a fim de garantir a eficiência e qualidade dos serviços.

## 12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**12.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e



cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2. O show é colocado**, com todas as despesas inclusas por parte da contratada, como cachê artístico, transporte, passagens aéreas, hospedagem, alimentação, abastecimento de camarim, impostos, entre outros.

**12.3.** Fica a cargo da contratante os seguintes itens:

- palco em alumínio treliçado q30 tubular com cobertura em lonas brancas 80 anti-chamas. piso de madeira 20mm, medindo 12 x 8 m, pé direito 10m, 2 asas de fly em alumínio q30 para colocação de pa. com 1 camarim tamanho 4x4, house mix 3x4.

- sonorização de grande porte pa / sonorização, 16 line array 2 falantes de 12 + 1 driver 16 sub graves dupla falante 18" 01 console digital com 32 canais, 01 processador digital, 01 multi- cabo 56 vias splintado, 04 amplificadores de 5600w, 04 amplificadores de 3600w, 04 amplificadores de 1600w. - pnsonorização/palco: 01 console digital com 32 canais e 16 auxiliares, 10 monitores, 04 sub grave falante 18" para side, 04 médio grave para side 01 processador digital para side 04 sub graves de 18" - individuais. 01 amplificador de contra baixo com 4 falantes 10" e 1 de 15" 01 amplificador de guitarra com 2 falantes de 12" 20 microfones dinâmicos para instrumento, 12 microfones dinâmicos para voz, 5 microfones condensser para ambientação, 05 sistemas de microfones sem fio, 04 amplificadores de 3000 w para vias de monitores, 01 amplificador de 5000 w para side, 01 amplificador de 3000 w para side, 01 amplificador de 2000 w para side, 100 cabos de microfones



xlr balanceados, 30 cabos de instrumentos p10 mono, 15 direct box passivos, 10 direct box ativos, 01 main power trifásico, 08 praticáveis carpetados 2x1m.

- iluminação : 36 refletores de alumínio par 64, 04 mini bruts de lâmpadas 24 canais de dimmer digitais dmx, 02 maquinas fumaças dmx(3000 w), 8 moving bean 200 com 16 canais, 40 cabos de sinal xlr tamanhos 3-5-10 metros, 01 mesa iluminação com 60 canais de dimmers e movings, 16 par led dmx rgbw 54x3 w, 2 strobo 3000 w, grid 10x6x6 em estrutura de aluminio

**12.4.** Qualquer despesa que não está inclusa no item 12.3 está a cargo da contratada

**12.5.** As comunicações entre a Prefeitura Municipal de Iúna/ES e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.6.** A Prefeitura Municipal de Iúna/ES poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.7.** Após a assinatura do Contrato a Contratada deverá realizar a apresentação na data acordada, cumprindo com as especificações inclusas na proposta.

### **Fiscalização do Contrato**

**12.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo respectivo suplente.



## Fiscalização Técnica

**12.9.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**12.9.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

**12.9.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**12.9.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**12.9.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**12.9.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



## Fiscalização Administrativa

**12.10.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**12.10.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**12.11.** A gestão desta contratação será realizada pelos servidores:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	CIENTE
ROGÉRIO CÉSAR	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	Gestor do Contrato Titular	SIM
MARIA APARECIDA VETTORAZZI VARGAS	SUBSECRETÁRIA DE CULTURA	Gestor do Contrato Suplente	SIM
LORENA CEZAR ARAUJO	DIRETORA DE CULTURA	Fiscal do Contrato Titular	SIM
DAVID DE PAULA FLORENÇO	COORDENADOR DO PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA	Fiscal do Contrato Suplente	SIM

## Gestor do Contrato

**12.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das



prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**12.13.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**12.14.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**12.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**12.16.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**12.17.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a



contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### 13. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**13.1** O proponente vencedor será convocado pela Administração, para assinar o Termo de Contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**13.2** A execução do objeto ocorrerá em remessa ÚNICA.

**13.3** O início da execução dos serviços ocorrerá após a emissão do Aviso de Fornecimento (AF) na seguinte data: **06 de julho de 2024 em Praça Pública.**

**13.4** As datas, locais e horários poderão sofrer alterações por parte da Administração desde que justificado e aceito pelo CONTRATADO.

**13.5** Os serviços serão executados conforme as seguintes especificações contidas neste Termo de Referência e demais instrumentos de contratação.

**13.6** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual.

**13.7** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.





**13.8** A empresa quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não poderá se recusar injustificadamente a celebrar o contrato, dentro de cinco dias a contar da notificação da Administração, falhar no cumprimento do contrato, comportar-se de modo inidôneo, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se às penalidades em conformidade com o que prescreve a Lei Federal de Licitação nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

## 14. DO CONTRATO

**14.1** O prazo de vigência do contrato será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua assinatura, sendo que a execução dos serviços deverá ser realizada no dia **22/06/2024**, a contar do recebimento da autorização de fornecimento.

## 15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

**15.1.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a fiscalização se o objeto contratado foi cumprido em sua integralidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**15.1.1** Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e



o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, as respectivas correções;

**15.1.2** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**15.1.3** Enviar a documentação pertinente ao setor Almoxarifado para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

**15.2.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**15.3.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**15.4.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



**15.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

**15.6.** O pedido de liquidação e pagamento deverá ser feito por meio de protocolo digital;

**15.6.1.** Os Documentos como: Nota Fiscal Eletrônica, DAPS, IRRF, Certidões Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista, FGTS e outra que possam comprovar a regularidade fiscal da empresa ou aferições, deverá ser enviado em PDF de forma legível passível de seleção de campos (não podendo ser imagem convertida para PDF), no sistema portal do governo digital presente no site da prefeitura municipal de iuna através do link: <https://iuna.essencialbpms.com.br/governo-digital.html#!/portal>.

**15.6.2.** Sistema do governo digital no site da Prefeitura Municipal de Iúna, Acesso ao Cidadão.

**15.6.3.** Caso seja o primeiro acesso da empresa, esta deverá fazer o cadastro para poder efetuar os envios dos documentos descritos no item 9;

**15.6.4.** Após o acesso, a empresa deverá escolher a Aba "protocolo geral" e depois escolher "solicitação de pagamento de nota



fiscal” e se atentar para a lista obrigatória de documentos necessários para esta solicitação e clicar em próximo;

**15.6.5.** Vincular o processo desta licitação digitando o nº do processo e ano;

**15.6.6.** Inserir informações sobre o pagamento e documentos;

**15.6.7.** Confirmar as informações em tela referente ao processo que deseja anexar os documentos para pagamento;

**15.6.8.** Enviar todos os documentos clicando sobre o nome de cada um e anexar o PDF do mesmo;

**15.6.9.** Ao finalizar o envio, clicar em solicitar protocolo e guardar consigo o número para acompanhamento da liquidação e posterior pagamento.

**15.7.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**15.8.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**15.8.1.** o prazo de validade;

**15.8.2.** a data da emissão;



- 15.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 15.8.5.** o valor a pagar; e
- 15.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**15.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**15.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**15.12.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua



defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**15.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**15.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**15.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**15.16.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**15.17.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da taxa SELIC de correção monetária.



## Forma de pagamento

**15.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**15.19.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**15.20.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**15.20.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**15.21.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Do reajustamento

**15.23** Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, contar da data do orçamento, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a





substituí-lo, desde que devidamente comprovado aceite pela Administração.

**15.24** A resposta ao pedido de reajustamento, quando ocorrer, será concedida no prazo máximo de 01 (um) mês, a contar do requerimento do Contratante.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**16.1** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**16.1.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**16.1.2.** Assumir total responsabilidade pela apresentação do show artístico musical, buscando cumprir rigorosamente a pontualidade e qualidade da apresentação do show, sob pena de incorrer em penalidades legais.

**16.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado



ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar do pagamento devido à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**16.1.4.** Dentre outras responsabilidades a de reparar os eventuais danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em decorrência da apresentação do show artístico musical, de iniciativa de quaisquer membros que façam parte integrante direta ou indiretamente dos grupos artísticos.

**16.1.5.** Avocar para si a responsabilidade no tocante a pagamentos dos profissionais integrantes do grupo artístico.

**16.1.6** Avocar para si todas as despesas decorrentes de locomoção de todos os integrantes da Banda/artista.

**16.1.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**16.1.8.** Prestar os serviços de apresentação de show artístico musical, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade em conformidade com as avenças contratuais e em observância os ditames da Lei Federal nº 14.133/21, disponibilizando os profissionais com seus respectivos instrumentos de forma a perquirir a qualidade de sua apresentação artística musical, isentando o Município de quais custos adicionais;



**16.1.9.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem anuência expressa do **CONTRATANTE**;

**16.1.10.** Iniciar a apresentação do show artístico musical no local indicado, na data e horário, de acordo com a proposta apresentada.

**16.1.11.** Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o **CONTRATANTE**, procedente da prestação dos serviços do objeto deste instrumento contratual.

**16.1.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**16.1.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**16.1.14.** Responsabilizar-se pelo comportamento dos profissionais da equipe de profissionais, e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham por ventura a ocasionar ao **CONTRATANTE**, repondo de imediato, em moeda corrente, o valor correspondente a eventuais despesas decorrentes sob pena de incorrer em penalidades legais.



**16.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**16.1.16.** Arcar único e exclusivamente com as despesas provenientes do contrato conforme preestabelecido.

**16.1.17.** Não permitir à subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**17.1** São obrigações da CONTRATANTE:

**17.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**17.1.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**17.1.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no



curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**17.1.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**17.1.5.** Promover a fiscalização do Contrato, acompanhar o desenvolvimento e conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes.

**17.1.6** Comunicar imediatamente a **CONTRATADA** qualquer irregularidade manifestada na execução do Contrato Administrativo, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

**17.1.7** Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços ora contratados, de forma parcial ou total, se o mesmo declinar na qualidade, com direito a ressarcimento do prejuízo decorrente do fato.

**17.1.8** No caso de excepcionalidades relativas a intempéries sem o devido controle da administração, ou outras razões tais como, suspensão dos eventos por mudança climática, não ocorrerá pagamento a contratada, sem que haja a realização do evento.

**17.1.8.1** Nesse caso, poderá existir a rescisão do contrato de forma unilateral sem qualquer ônus ou indenizações por



parte da contratante, caso julgue que o evento não possa ser realizado em outra oportunidade.

## 18. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

**18.1** São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

**18.1.1** Anexo I: Relatório de fiscalização;

**18.1.2** Anexo II: Modelo de notificação;

Iúna/ES, 17 de abril de 2024.

Declaro que sou responsável pela elaboração deste Termo de Referência.

**LORENA CEZAR ARAUJO**  
DIRETORA DE CULTURA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - Portaria nº 001/2024



# **TERMO DE REFERÊNCIA**

## **ANEXO I**

### **MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**





## RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Empresa:	[razão social]
CNPJ nº:	[n CNPJ]
Processo nº:	xxxx/xxxx
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/xxxx
Contrato nº:	[n]/xxxx
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

Nós, [nome fiscal 1], [nome fiscal 2] e [nome fiscal 3], fiscais do contrato informado acima, declaramos que a obra descrita abaixo está sendo executada na forma do contrato.

Mês de competência de execução:

[mês de referência da prestação dos serviços]

Nº da(s) Nota(s) Fiscal(is):

[n] (R\$ [valor]).

Outras informações:

[opcional]

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras.

Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].

[nome fiscal 1]	[nome fiscal 2]	[nome fiscal 3]	[nome do gestor]
Matricula nº: [n]	Matricula nº: [n]	Matricula nº: [n]	Matricula nº: [n]
Fiscal do Contrato	Fiscal do Contrato	Fiscal do Contrato	Gestor do Contrato

(\*) Trata-se de um modelo de referência, podendo ser aperfeiçoado durante a execução contratual.



# TERMO DE REFERÊNCIA

## ANEXO II

### MODELO DE NOTIFICAÇÃO



## NOTIFICAÇÃO

Empresa:	[razão social]
CNPJ nº:	[n CNPJ]
Responsável:	[nome do responsável pela empresa]
Processo nº:	xxxx/xxxx
Licitação nº:	Pregão Presencial nº [n]/xxxx
Contrato nº:	[n]/xxxx
Vigência do Contrato:	[data inicial] a [data final]

Sr. Responsável pela empresa citada,

Relato a Vossa Senhoria que por ocasião do acompanhamento do contrato referido acima, esta administração se deparou com as seguintes situações:

1. [descrição de suposta irregularidade];
2. [idem];

Ante a possibilidade de tais eventos, se confirmados, terem o condão de, em tese, configurar infrações contratuais e, conseqüentemente, levarem à aplicação de penalidades, confere-se ao Senhor o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento deste, para o exercício de seu direito de manifestação e defesa, o que deve ser feito por escrito e protocolado na Sede da Prefeitura.

Também confiro a Vossa Senhoria a oportunidade de se pronunciar acerca do intuito administrativo de rescindir o contrato, em vista das frequentes dificuldades em sua execução.

Os autos do processo em que formalizada a contratação estão à disposição de Vossa Senhoria para extração de cópias e exame.

Atenciosamente,

Iúna/ES, [dia] de [mês] de [ano].


[nome do responsável]

[função do responsável]

# Certificado de Assinaturas Eletrônicas

Documento Ref: dde1f8d18bc7c81320adf6c8c2058326

Documento assinado por:

<p><b>Romario Batista Vieira</b></p> <p>CPF: 78845602753</p> <p>Email Verificado: gabinete@iuna.es.gov.br</p> <p>IP: 2804:a84:41cd:3400:d9bd:3218:1e5c:c2c6Data: 30/04/2024 15:11:04</p>	
--	--

<p><b>Rafael Assunção de Almeida</b></p> <p>CPF: 12156539723</p> <p>Email Verificado: rafaelalmeida.jfer@hotmail.com</p> <p>IP: 186.194.105.25</p>	 <p>Data: 02/05/2024 16:10:30</p>
--	---

Assinaturas Eletrônicas conferidas e confirmadas em: 02/05/2024 16:27:00



Contratos

# Contrato nº 000064/2024

Última atualização 02/05/2024

**Local:** Iuna/ES **Órgão:** MUNICIPIO DE IUNA **Unidade executora:** 27167394000123-001 - Prefeitura Municipal de Iuna

**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 000617/2024 **Categoria do Processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 02/05/2024 **Data de assinatura:** 02/05/2024 **Vigência:** de 02/05/2024 a 30/07/2024

**Id contrato PNCP:** 27167394000123-2-000016/2024 **Fonte:** E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA **Id contratação PNCP:** [27167394000123-1-000030/2024](#)

## Objeto:

Show artístico com o cantor LUIZ PAULO FORROZAO a ser realizado em Praça Publica, no município de Iuna/ES, no dia 06/07/2024, em razão da XI Festa do Café.

### VALOR CONTRATADO

RS 20 000,00

### FORNECEDOR:

**Nome/Razão social:** DUAL SHOW PRODUCOES ARTISTICAS LTDA **CNPJ/CPF:** 44.362.540/0001-90 **Tipo:** Pessoa jurídica

## Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Baixar
Inclusão - Contrato	02/05/2024 - 16:36:23	